



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12197 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 14 - Sociologia da Educação

A SEGMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO E A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Cássio José de Oliveira Silva - Univás - Universidade do Vale do Sapucaí

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Desde o final do século XVIII há uma expectativa sobre o potencial da educação pública no fomento à igualdade de oportunidades entre as diferentes classes sociais (LOPES, 2008; RAMIREZ & BOLI, 1987). Algumas evidências no Brasil, no entanto, indicam que, mesmo após quase cem anos da estruturação de um sistema nacional de ensino, as desigualdades educacionais são persistentes e/ou aumentaram – mesmo com a maior escolarização da população (BRITO, 2014; 2017). Nesse cenário, o Ensino Médio é, sem dúvidas, a etapa mais crítica. Isso porque são muitos os jovens que ainda estão fora da escola no país e, entre os que estão inclusos, a precarização e o sucateamento das condições gerais da oferta escolar reproduzem as desigualdades de origem social para a maioria dos estudantes brasileiros (DA SILVA, 2015).

Como mostram as pesquisas de Dubet; Duru-Bellat; Véréout (2012) e Perry (2009), a organização dos sistemas de ensino podem aumentar ou atenuar o impacto das desigualdades sociais sobre as desigualdades educacionais. Fritz Ringer (1989), um importante historiador da educação, sugere que é possível conceber ao menos três categorias capazes de descrever o modo como as desigualdades educacionais se manifestam no interior dos sistemas de ensino. Essas categorias são dadas pelas noções de *inclusão* – que se relaciona com a oferta pública suficiente de escolas para atender à demanda social em determinado contexto e em suas diferentes etapas escolares; pela *progressividade* – que envolve o atendimento escolar extensível à população mais pobre e em condições de vulnerabilidade social; e por último, pela *segmentação* – que é um tipo de organização da oferta escolar marcada pela subdivisão institucional, curricular e/ou formativa, capaz de influenciar, direta ou indiretamente, as trajetórias

escolares de maior ou menor prestígio e valorização social e, concomitantemente, a alocação de estudantes de diferentes grupos socioeconômicos nesta subdivisão. Esta categoria tem sido explorada, há algum tempo, em outras pesquisas educacionais com significativa relevância (ALMEIDA et al, 2017; LUCAS, 2001; MARTELETO, MARSCHNER & CARVALHAES, 2016).

No Brasil, mesmo após um período de importante expansão do acesso à educação básica, o Ensino Médio permanece sendo uma das etapas mais desafiadoras (DA SILVA, 2015; SILVA & SCHEIBE, 2017). Fruto dos resultados de uma pesquisa realizada no doutorado, este trabalho procura evidenciar que o movimento de *inclusão* e a *progressividade* no Ensino Médio brasileiro, notados desde a década de 1990, não se traduziram na democratização das oportunidades escolares. Isso porque existe, entre outros fatores condicionantes, uma associação entre o fenômeno da *segmentação* nesta etapa de ensino e produção das desigualdades educacionais.

A pesquisa analisou o perfil socioeconômico, cultural, a relação com o trabalho e as principais tendências nas trajetórias escolares de estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no Brasil na série histórica de 1998 a 2014. A pesquisa foi feita utilizando-se os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (INEP) por meio do questionário socioeconômico, além de outros dados censitários e/ou amostrais. Junto a essa análise, o estudo também procurou compreender a influência dessas variáveis no desempenho dos estudantes junto ao Enem por meio de uma regressão linear. Para isso, utilizou-se um construto de nota obtido por meio da proficiência média dos estudantes que realizaram o Enem em 2014 obtidos nos quatro eixos cognitivos avaliados pelo exame – além da nota da prova de redação.

Os resultados do trabalho sugerem que, apesar de mudanças importantes relacionadas a maior *inclusão* e *progressividade* no Ensino Médio, existem padrões de *segmentação* ocultos no sistema de ensino brasileiro que atuam como mecanismos de produção das desigualdades escolares. A análise das notas do Enem de 2014 (obtidas a partir do construto) frente às características socioeconômicas e culturais dos estudantes mostra que as desigualdades educacionais no Ensino Médio designam consideráveis impedimentos à universalização e democratização dessa etapa. Além das desigualdades de desempenho influenciadas variáveis de renda, raça/cor, escolaridade e região, a diferenciação institucional e de recursos (pedagógicos) entre as redes públicas e privadas, além das redes estaduais e federais, atuam como principais dispositivos de produção de desigualdades escolares no Ensino Médio brasileiro.

Nesse sentido, naquele momento, mesmo não aparentando haver diferenciações formais e/ou oficiais do currículo no Ensino Médio, haviam vultosas desigualdades relacionadas à *segmentação* na distribuição social do conhecimento no Ensino Médio, o que nos habilita a afirmar que as condições de escolarização entre as juventudes

brasileiras eram muito desiguais. Sobre isso, Ana Maria Fonseca Almeida (2017) já havia sugerido que o processo de expansão do acesso à escola no Brasil foi marcado pelo “[...] isolamento da experiência escolar dos mais privilegiados [...]” que “tendeu se dar por meio de mecanismo de fechamento de certos níveis de ensino para a maior parte da população” (ALMEIDA, et al., 2017, p. 940).

E este cenário se torna ainda mais prejudicial para a educação brasileira com a recente aprovação de uma reforma no Ensino Médio – aprovada em 2017, e que está sendo implementada nas redes de ensino em todo país. As mudanças previstas alteram significativamente a estrutura curricular e formativa para esta etapa, reforçando e atenuando a segmentação já existente e comprometendo ainda mais a possibilidade de uma educação crítica, que dê acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e a uma educação de qualidade à juventude brasileira (SILVA & SCHEIBE, 2017). Este trabalho pretende contribuir para pensar essas relações.

Palavras-chave: SEGMENTAÇÃO EDUCACIONAL; ENSINO MÉDIO BRASILEIRO; DESIGUALDADES EDUCACIONAIS.

Referências

- ALMEIDA, A. M. F. et al. A educação privada na Argentina e no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 939–956, 2017.
- BRITO, M. M. A. **A dependência na origem**. Desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades, 2014.
- BRITO, M. M. A. DE. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 224–263, 2017.
- DA SILVA, Mônica Ribeiro. Currículo, ensino médio e BNCC-Um cenário de disputas. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, 2015.
- LOPES, Eliane Maria Teixeira. **As origens da educação pública**. Belo Horizonte, MG. Ed. Argvmentum, 2008.
- LUCAS, S. R. Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects. **American Journal of Sociology**, v. 106, n. 6, p. 1642–1690, 2001.
- MARTELETO, L.; MARSCHNER, M.; CARVALHAES, F. Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 46, p. 99–111, 2016.
- OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. 1. ed. São Paulo-SP: 2017 [s.n.]. v. 1
- PERRY, L. Characteristics of Equitable Systems of Education. **European Education**, v. 41,

n. 1, p. 79–100, 2009.

RAMIREZ, F. O.; BOLI, J. The Political Construction of Mass Schooling: European Origins and Worldwide Institutionalization. **Sociology of Education**, v. 60, n. 1, p. 2, 1987.

RINGER, F. **On Segmentation in Modern European Education System:** The case of Secondary Education in France 1865-1920. In.: *The rise of the Modern Educational System: structural change and social reproduction 1870-1920*. MÜLLER; RINGER and SIMON (Orgs.) pp. 53-87. Ed. Maison des Sciences de l'Homme and Cambridge University Press, 1989.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do Ensino Médio. Pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.